

CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ N.º 03.410.855/0001-89

NIRE N.º 33300263217

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CP CIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.,
REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2003**

1. Local, Data e Hora:

Na sede social da Companhia, na Praia de Botafogo, n.º 300, 10º andar, ala “A”(parte), Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, ao primeiro dia do mês de outubro de 2003, às 11:00h.

2. Convocação:

Na forma da lei, Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Gazeta Mercantil, nos dias 16, 17, e 18 de setembro de 2003.

3. Quorum de Instalação:

Presença de mais de 2/3 do capital votante da CP Cimento e Participações S.A., conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas.

4. Composição da Mesa:

Presidente: George Eduardo Ripper Vianna

Secretário: Demétrio José Costa Martins Simões

5. Ordem do Dia:

- (i) Deliberar, nos termos do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações (“Lei 6.404/76”), sobre a segunda emissão de debêntures da Companhia, para distribuição pública, não conversíveis em ações, escriturais, em série única, da espécie com garantia flutuante, com prazo de 03 (três) anos a contar da data da emissão, com valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na data da emissão, totalizando o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante a emissão de 1.000 (mil) debêntures;
- (ii) Deliberar sobre os demais atos necessários à aprovação da emissão das debêntures, tais como (i) contratação de instituição financeira coordenadora da emissão; (ii) contratação do banco mandatário; (iii) contratação do agente escriturador; (iv) contratação de agente fiduciário; e
- (iii) Delegar poderes ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 59, da Lei 6.404/76, para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59, da Lei 6.404/76, e para prestar esclarecimentos adicionais à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, durante o processo de aprovação da emissão das debêntures;



Continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da CP Cimento e Participações S.A., realizada em 1º de outubro de 2003

6. Deliberações tomadas por unanimidade:

Os acionistas presentes deliberaram aprovar a segunda emissão de debêntures da Companhia (a “2ª Emissão” e as “Debêntures”), para distribuição pública, com as seguintes características:

- (i) Valor Total da 2ª Emissão: o valor total da 2ª Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na data de emissão;
- (ii) Número de Séries: a 2ª Emissão será efetuada em série única;
- (iii) Valor Nominal Unitário das Debêntures: as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na data de emissão (“Valor Nominal Unitário”);
- (iv) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 1.000 (mil) Debêntures;
- (v) Forma, Tipo Conversibilidade das Debêntures: as Debêntures serão da forma nominativa, do tipo escritural e não conversíveis em ações da Companhia;
- (vi) Espécie das Debêntures: as Debêntures serão da espécie com garantia flutuante;
- (vii) Data de Emissão e Prazo de Vencimento: para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de outubro de 2003. As Debêntures terão vencimento em 1º de outubro de 2006 (“Data de Vencimento”);
- (viii) Resgate Antecipado: Não haverá resgate Antecipado;
- (ix) Condições de Remuneração: a) A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) que contemplará juros remuneratórios a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo de seu Valor Nominal Unitário, e estabelecidos com base na taxa média diária de juros dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros, CDI “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* a ser determinado em processo de *bookbuilding* (conforme abaixo definido); b) O processo de *bookbuilding* consiste na verificação, perante os investidores, da demanda pelas Debêntures da Companhia em diferentes níveis de taxa de



Continuação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da CP Cimento e Participações S.A., realizada em 1º de outubro de 2003

juros. A taxa de juros final será equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para lotes de Debêntures cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Companhia fixará o *Spread* sobre a Taxa DI, conforme o artigo 59, §1º, da Lei nº 6.404/76. O *Spread* constará de aditamento à Escritura de Emissão; c) A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão, ou da data do vencimento de juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização. A Remuneração das Debêntures será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor da Remuneração devida ao final de cada Período de Capitalização;

VN = valor nominal, ou saldo do valor nominal, expresso em reais (R\$) por Debênture na data do início do Período de Capitalização;

$\prod_{i=1}^{i=f}$ = produtório dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, com i variando de 1 até f ;


f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;

FI_i = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{CDI_{CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

CDI CETIP = Taxa DI calculada e divulgada pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

dj = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI;



Continuação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da CP Cimento e Participações S.A., realizada em 1º de outubro de 2003

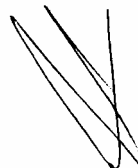
S = fator do *spread* calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}, \text{ onde:}$$

s = *spread* ao ano, base 252 dias úteis ("*Spread*"); e

du = número de dias úteis de cada Período de Capitalização.

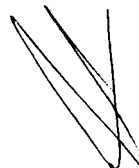
d) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP; e) Na ausência de apuração e/ou divulgação temporária da Taxa DI, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, ou, ainda, por imposição legal, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI; f) Entretanto, na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, por prazo superior a 10 (dez) dias corridos após a data esperada para a sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, por imposição legal ou no caso de sua extinção, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados a partir do 1º dia após o término do prazo de 10 (dez) dias corridos concedido para a apuração e/ou divulgação da Taxa DI, convocar a comunhão dos Debenturistas (no modo e prazos estabelecidos no artigo 124 da Lei nº 6.404/76) para, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas ("Assembléia de Debenturistas") deliberarem, em conjunto com a Companhia, a respeito do novo critério de Remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou a regulamentação aplicável; g) Deverá ser facultado à Companhia, caso não haja acordo, entre ela e os Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação sobre o novo critério de Remuneração a ser utilizado, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias da data da realização da Assembléia de Debenturistas, (i) recomprar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou de data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do *Spread*, ou (ii) recomprar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma a ser estipulado pela Companhia, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures ou a data em que ocorrer a repactuação das condições das Debêntures. Nesse caso, durante o prazo de resgate das debêntures pela Companhia, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida neste item, observado que, até o resgate integral das Debêntures, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Companhia na referida Assembléia de Debenturistas. Caso a



Continuação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da CP Cimento e Participações S.A., realizada em 1º de outubro de 2003

respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa nova taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias; h) Para o Período de Vigência da Remuneração, a Remuneração será estabelecida por meio de procedimento de *bookbuilding*, devendo ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião cuja ata deverá ser publicada em até 05 (cinco) dias úteis após a sua determinação, sendo que referida Remuneração deverá constar dos anúncios de início de distribuição pública das Debêntures; i) “Período de Capitalização”: para fins de cálculo da Remuneração, define-se Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração, exclusive, sendo que cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade; e j) “Período de Vigência da Remuneração”: significa o período durante o qual as condições de Remuneração das Debêntures permanecerão vigentes ficando desde já estabelecido que primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures terá início na Data de Emissão e vencimento em 1º de outubro de 2004.

- (x) Periodicidade de Pagamento da Remuneração: Os valores relativos à Remuneração das Debêntures, para o primeiro Período de Vigência da Remuneração, deverão ser pagos semestralmente, no primeiro dia dos meses de abril e outubro de 2004 (“Data de Pagamento da Remuneração” e, em conjunto, “Datas de Pagamento da Remuneração”).
- (xi) Condições de Amortização das Debêntures: Até 1º de outubro de 2004, quando ocorrerá a repactuação, não haverá amortização programada. Entretanto, eventuais condições de amortização poderão ser determinadas pela Companhia na ocasião da repactuação das Debêntures.
- (xii) Forma e Condições de Colocação e Mercado de Negociação das Debêntures: (i) as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços, para colocação no mercado de balcão organizado, mediante a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, e/ou Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, sendo atendidos preferencialmente os clientes das instituições financeiras contratadas para a distribuição pública das Debêntures, não havendo reservas antecipadas nem fixação de lotes máximos ou mínimos; (ii) a colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro de emissão pela CVM, da publicação do anúncio de início de distribuição e da disponibilização do prospecto para entrega aos investidores e (iii) As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário no SND, administrado pela ANDIMA, e operacionalizado pela CETIP, e/ou no BOVESPA FIX.

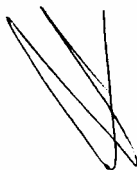


Continuação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da CP Cimento e Participações S.A., realizada em 1º de outubro de 2003

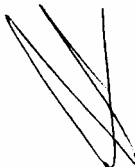
- (xiii) Condições de Subscrição e Integralização das Debêntures: As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada de forma *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, que será à vista, em moeda corrente nacional ("Preço de Subscrição"). As Debêntures desta Emissão poderão, observado o §3º, do artigo 59, da Lei nº 6.404/76, ser subscritas e integralizadas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública concedido pela CVM.
- (xiv) Data e Condições de Repactuação das Debêntures: (i) As Debêntures estarão sujeitas à repactuação a ser realizada em 1º de outubro de 2004; (ii) o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre as condições de Remuneração das Debêntures, a vigorar nos próximos Períodos de Vigência da Remuneração, assim como sobre o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração e periodicidade de pagamento, dentre outras. As deliberações da Companhia sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia, na forma de Aviso aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis antes da data do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração informando: a) o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente; b) as condições da Remuneração a vigor durante o próximo Período de Vigência da Remuneração; c) as eventuais condições de amortização aplicáveis durante o próximo Período de Vigência da Remuneração e sua periodicidade de pagamento; e d) as eventuais condições de repactuação aplicáveis durante o próximo Período de Vigência da Remuneração; (iii) Caso os Debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Companhia para o próximo Período de Vigência da Remuneração, ou caso tais condições não sejam publicadas pela Companhia no prazo ora estabelecido, os Debenturistas poderão, entre o 10º (décimo) e o 5º (quinto) dia útil, inclusive, anteriores ao encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, manifestar, por meio da CETIP e/ou da CBLC, ou, tratando-se de Debenturistas não cadastrados no sistema da CETIP e/ou BOVESPA FIX, por correspondência dirigida à Companhia, com cópia ao Agente Fiduciário, informando expressamente sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures à Companhia, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das Debêntures na hipótese de não-publicação das condições de Remuneração a que se refere este parágrafo; (iv) A Companhia obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures, nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, dos Debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Companhia, para o período subsequente ou se manifestarem pela venda em função da não publicação pela Companhia das condições do próximo Período de Vigência da Remuneração (v) As Debêntures serão adquiridas pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e de encargos moratórios, se houver, calculada *pro rata temporis*, definida para o período vencido; e (vi) As Debêntures eventualmente adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia ou ser novamente colocadas no mercado.
- (xv) Aquisição Facultativa: (i) A Companhia poderá adquirir Debêntures, da presente Emissão, em circulação, a qualquer tempo, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, §2º da Lei nº 6.404/76; e (ii) As Debêntures que vierem a ser adquiridas pela Companhia, nestes termos, poderão permanecer em sua tesouraria, ser canceladas ou ser recolocadas no mercado.



- (xvi) Hipóteses de Vencimento Antecipado: (A) Observado o disposto nos itens (B) e (C) abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento, acrescido dos encargos moratórios, se houver, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Companhia, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, que a Companhia reconhece, desde logo, serem causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia relativamente às Debêntures: a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia, cujo valor global não pago ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis de sua ocorrência, b) falta de cumprimento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento do aviso escrito enviado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da sua ocorrência, pelo Agente Fiduciário para a Companhia, inclusive, mas sem limitação, das obrigações de natureza pecuniária, à exceção das obrigações de natureza pecuniária conforme o disposto no item c) abaixo referente ao (i) não-pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas Datas de Pagamento, (ii) não-cumprimento da obrigação de recompra das Debêntures, quando da repactuação e, (iii) não-pagamento referente à amortização, caso venha a mesma a ser definida quando da repactuação, em 1º de outubro de 2004, c) não-pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas Datas de Pagamento, não-cumprimento da obrigação de recompra das Debêntures, quando da repactuação e não-pagamento referente à amortização, caso venha a mesma a ser definida quando da repactuação, em 1º de outubro de 2004, d) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, em montante global igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em razão de inadimplemento(s) contratual(is), ou seja, em razão da falta de prestação(ões) devida(s), ou de descumprimento(s), voluntário ou não, de obrigação(ões), pela Companhia, que implique o vencimento antecipado de qualquer dívida, ou de dívidas em conjunto, em montante global igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e) Alteração do Controle Acionário da Companhia sendo que, para efeito do disposto neste item e), uma "Alteração do Controle Acionário" ocorrerá caso a Santo Estevão Mineração e Participações Ltda., deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto do capital da Companhia mais uma ação com direito a voto, f) dissolução, liquidação, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto aquela prevista na alínea "j" abaixo, g) qualquer diminuição do percentual de participação da Companhia no capital total da Cimento Tupi S.A. e da Companhia de Cimento Ribeirão Grande, que afete de maneira substancial o fluxo de caixa da Companhia, h) pedido de concordata ou decretação de falência ou de auto-falência da Companhia e/ou da Cimento Tupi S.A. e/ou da Companhia de Cimento Ribeirão Grande, i) pagamento de dividendos acima dos obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio, se em mora relativamente ao pagamento dos valores referentes às Debêntures, j) incorporação ocorrida entre a Companhia e a Cimento Tupi S.A. e/ou a Companhia de Cimento Ribeirão Grande, e k) o índice dívida líquida / patrimônio líquido, apurado com base nas informações



trimestrais – ITR da Companhia, seja maior que 0,5. Para fins do cálculo deste índice, entende-se por “dívida líquida” (a) qualquer obrigação da Companhia contingente ou de qualquer forma exigível em virtude (i) de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza contraídos (independentemente de garantias do credor contra todos os ativos da Companhia, ou somente parte dos mesmos), seja na forma de antecipação de recursos, conta corrente a descoberto, ou outros, ou (ii) de notas promissórias (emitidas no Brasil ou exterior), debêntures ou instrumentos de natureza similar, cartas de créditos (incluindo a obrigação de compra de moeda), ou (iii) do pagamento de aluguel ou outros valores relacionados à compra de bens do ativo da Companhia, que devam ser classificados como *leasing* financeiro de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a compra diferida de bens imóveis, ou (iv) de contratos de proteção contra a variação das taxas de juros, contratos de câmbio, contratos de proteção contra variações cambiais ou quaisquer outros contratos de natureza similar, somados os valores destes contratos a pagar e diminuídos os valores destes contratos a receber; (b) qualquer obrigação de terceiros de natureza similar às obrigações descritas no item (a) acima, com relação à qual a Companhia tenha prestado garantia ou que de outra forma venha tornar-se obrigação legal da Companhia; e (c) outra obrigação garantida por bens ou ativos da Companhia, independentemente de referidas obrigações garantidas terem sido assumidas pela Companhia, excluída de (a), (b) e (c) acima, a disponibilidade financeira (caixa e aplicações financeiras). Igualmente, para fins do cálculo deste índice, entende-se por “patrimônio líquido” como o valor indicado, com esta denominação, nas demonstrações financeiras padronizadas da Companhia encaminhadas à CVM; (B) A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas “c”, “f” e “h”, acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item (A) acima, quais sejam, a alíneas “a”, “b”, “d”, “e”, “g”, “i”, “j” e “k”, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures; (C) No que se refere às alíneas “a”, “b”, “d”, “e”, “g”, “i”, “j” e “k”, do item (A) acima, após a realização da Assembleia Debenturistas, mencionada no item (B) acima, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o pagamento do que for devido, nos termos do item (D) abaixo, a menos que Debenturistas que representem, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures; (D) Na ocorrência do Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos do item (A) acima, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, notadamente dos encargos moratórios, se houver, em até 05 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia, por meio de carta protocolada, sob pena de em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Escritura de Emissão; (E) A Assembleia de Debenturistas prevista neste item (B) acima poderá, desde que não convocada pelo Agente Fiduciário, também ser convocada pela Companhia ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento) das debêntures em circulação; e (F) Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia de Debenturistas mencionada



Continuação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da CP Cimento e Participações S.A., realizada em 1º de outubro de 2003

acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item (C) acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item (A) acima. e

(xvii) Local de Pagamento aos Debenturistas da 2ª Emissão: Os pagamentos referentes ao principal, Remuneração e encargos moratórios, a que fazem jus as Debêntures, serão efetuados pela Companhia utilizando-se, conforme o caso (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, (b) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX sendo que, para os Debenturistas que não estiverem vinculados a quaisquer dos referidos sistemas, os pagamentos referentes ao principal, Remuneração e encargos moratórios, a que fazem jus as Debêntures, serão efetuados por intermédio do Banco Mandatário.

(II) autorizar a Administração da Companhia a: (a) contratar uma ou mais instituições financeiras credenciadas a operar no mercado de capitais com a finalidade de realizar a distribuição das Debêntures; (b) contratar banco mandatário; (c) contratar agente escriturador; (d) contratar agente fiduciário; e (e) praticar todos os demais atos necessários para a conclusão da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia.



(III) delegar poderes ao Conselho de Administração para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59, da Lei 6.404/76, mesmo que já tenham sido deliberadas nesta assembléia, notadamente no que se refere à remuneração fixa final (*Spread*), após a realização do procedimento de *bookbuilding*. O Conselho de Administração poderá, ainda deliberar sobre o cancelamento das sobras das Debêntures eventualmente não colocadas durante o prazo de distribuição pública, bem como daquelas em tesouraria, e prestar esclarecimentos adicionais à Comissão de Valores Mobiliários – CVM durante o processo de aprovação da 2ª Emissão de Debêntures.

7. Encerramento e Aprovação da Ata: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, depois de lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes: George Eduardo Ripper Vianna – Presidente; Demétrio José Costa Martins Simões – Secretário; Santo Estevão Mineração e Participações Ltda. p/ Demétrio José Costa Martins Simões; Latcem S/A p/ George Eduardo Ripper Vianna; S/A Indústrias Votorantim p/ Nelson Koichi Shimada.

Certifico que a presente é cópia fiel da que vai lavrada no livro próprio.



Demétrio José Costa Martins Simões
Secretário

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Nome : CP CIMENTO E PARTICIPACOES S/A Nire : 33.3.0026321-7 Protocolo : 00-2003/132538-6 - 03/10/2003 CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 06/10/2003, E O REGISTRO SOB O NUMERO E DATA ABAIXO 00001353241 DATA : 06/10/2003
	 Valéria G.M. Serra SECRETARIA GERAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)